



DL-01

Ses. Esp II. 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial com a finalidade de proceder à entrega do Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, proposta pelo Sr. Deputado Euclides Fernandes.

Convido, para compor a Mesa, o aniversariante do dia, Sr. Fernando Schmidt, secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia, representante do governador Jaques Wagner; o proponente desta sessão especial, o deputado Euclides Fernandes; o Sr. Wellington César Lima e Silva, procurador-geral de Justiça; a Srª Vitória Bandeira, defensora pública do Estado da Bahia; o Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Paulo Virgílio Maracajá Pereira; O Sr. Pompeu de Souza Brasil, juiz federal; o Sr. Deputado Federal Antônio Imbassahy; a Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça, Deise Lago; o Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça, Pedro Guerra; o Sr. Secretário Estadual de Educação, Osvaldo Barreto Filho; o Sr. Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte. (Palmas)

Designo uma comissão composta pelos Srs. Deputados pela Liderança do Bloco da Maioria, deputado Paulo Rangel; pelo Bloco da Minoria, o deputado Gaban; pelo Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto; pelo Bloco PPN/PSC/PRP, deputado Jurandy Oliveira e pela Mesa Diretora, o 1º secretário, deputado Paulo Azi. Esta comissão conduzirá o homenageado desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra ao recinto.

Gostaria de registrar as presenças dos Srs. Deputados Aderbal Fulco Caldas, Adolfo Menezes, Bruno Reis, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Gaban, Jurandy Oliveira, Maria del Carmen, Mario Negromonte Júnior, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Rosemberg Pinto e Sandro Régis. (Pausa)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

(O Sr. Homenageado adentra ao Plenário juntamente com a comissão de deputados.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido a todos os presentes para acompanhar a execução do Hino Nacional pelo coral desta Casa, sob a regência do maestro Cícero Alves.

(Execução do Hino Nacional Brasileiro.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de pedir desculpas e convidar para a Mesa o corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, juiz Josevando.



5302-III

Ses. Esp. II 25/04/13

Or. Euclides Fernandes

Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao deputado Euclides Fernandes, proponente desta honraria, para saudar o homenageado.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Boa-tarde a todos e a todas.

Antes de iniciar a nossa saudação em nome da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia ao nosso homenageado, o desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra, peço vênias às autoridades e aos demais presentes para que possamos flexibilizar o Regimento Interno desta Casa de Leis, a fim de permitir que haja manifestações nesta magna sessão solene da representação da Minoria, na pessoa do Líder das Oposições, deputado Elmar Nascimento, e de Paulo Rangel, deputado do PT, representando a Maioria.

Também peço vênias, meu caro presidente Marcelo Nilo, para que se permita que o nosso querido ex-deputado federal Joaci Góes, filho de Ipirá, terra do desembargador Cintra, possa manifestar essa satisfação, essa alegria com esta homenagem que a Bahia presta a este grande homem, o desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, meus caros colegas deputados, saúdo o nobre deputado Jurandy Oliveira, que também é filho de Ipirá.

Quero saudar a família do homenageado: a filha Larissa Cintra, o seu esposo Uziel e o neto de Carlos Cintra, Carlinhos; e também Alice Cintra e seu esposo Nilton; nossas saudações ao Sr. Desembargador homenageado Carlos Alberto Dultra Cintra; ao Sr. Procurador Geral de Justiça Wellington César Lima e Silva, estendo a saudação a todos os membros do Ministério Público aqui presentes; nossa saudação a Vitória Beltrão Bandeira, Sr^a Defensora Pública do Estado da Bahia; ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, o conselheiro Paulo Maracajá Pereira; ao Sr. Juiz federal Pompeu de Souza Brasil; ao digno deputado federal Antônio Imbassahy; à Sr^a. Desembargadora do Tribunal de



Justiça Deise Lago; ao Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça Pedro Guerra; ao Sr. Secretário Estadual da Educação Oswaldo Barreto Filho; ao Sr. Secretário da Administração e Ressocialização Nestor Duarte; ao Sr. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral Josevandro Andrade; saúdo também todos os advogados. A Justiça tem essa configuração: Ministério Público, Defensoria Pública os advogados e os magistrados. Saúdo os advogados na pessoa desse especialista em Direito Eleitoral Ademir Ismerin, meus senhores e minhas senhoras:

(Lê) “Sinto-me honrado em comparecer a esta sessão solene para saudar o eminente desembargador Dr. Carlos Alberto Dultra Cintra, que hoje recebe o Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira, cujo projeto de resolução tive o privilégio da autoria e que teve recepção plena dos integrantes desta Casa de Leis.

São muitos os motivos da minha satisfação em saudar, neste momento, esta figura exponencial, que muito orgulha o mundo jurídico do nosso Estado. Um ser humano de inquestionáveis qualidades. Um jurista com grande potencial intelectual; um magistrado que soube se conduzir, ao longo da sua vitoriosa carreira, com retidão, competência e amor à justiça.

Ao enaltecer-lhe, Dr. Carlos Dultra Cintra, o faço reconhecendo o valor desta comenda, na pessoa do saudoso jurista João Mangabeira, que inquestionavelmente figura entre as altas expressões da inteligência deste País.

A honraria que esta Egrégia Casa, legítima representante do povo deste Estado, o outorga neste momento, justifica-se pelo muito que V.Ex^a representa para o Judiciário Baiano, cujas contribuições o dotaram de independência harmônica entre os outros Poderes. Reconhecidamente, e sem exagero, podemos afirmar que seu trabalho, sua determinação e o respeito a causa pública, permitiram maior liberdade para o Poder Judiciário. Liberdade de pensar e liberdade de fazer; de direcionar-se pelos caminhos que tem permitido a todos, independentemente de classe social, o acesso a justiça.



Egresso do Ministério Público, o nosso ilustre homenageado atuou como promotor público em diversas comarcas e, por duas vezes, foi procurador-geral de Justiça do Estado. Presidente do Tribunal de Justiça, realizou uma gestão profícua, de grande relevância administrativa, com destaque para a reforma do Fórum Rui Barbosa; criação dos programas "Balcões de Cidadania"; Núcleo de Atendimento do Judiciário" e " Justiça Itinerante", programas que tiveram como objetivo maior levar justiça a todos os baianos, possibilitando-lhes o exercício pleno da cidadania.

A sua atuação, na condição de presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, contribuiu para dotar a Bahia de uma Justiça Eleitoral que se destaca por méritos permanentes, que tem assegurado processos eleitorais com lisura e transparência, com exigência de regularidade, de respeito a equidade, e o que mais valioso, ainda mais próximo do cidadão comum.

Tornou-a mais ágil nos julgamentos das diversas situações que constituem a rotina do mundo político, notadamente ao longo dos processos eleitorais, não importando o aumento do trabalho nem o número de processos, inclusive os inúmeros recursos a serem julgados a todo momento. E, nesta condição, cumpriu o compromisso, ao longo do exercício da presidência do TRE baiano, de defender, a todo custo, a vontade popular expressada nas urnas, velando ainda pela normalidade e a legitimidade de todas as eleições, desvinculando-as de interesses partidários, práticas que, infelizmente, perduraram em nosso Estado por muito tempo.

Dr. Carlos Cintra, Vossa Excelência soube conduzir-se pela honradez, pelo dinamismo e pela transparência na missão de presidir o Tribunal Eleitoral da Bahia, dignificando-o, tornando-o respeitado pela população, pelos advogados e pelos seus principais usuários, que são os integrantes da classe política. Sua gestão, sem dúvida, foi a marca da nova moralidade política e administrativa, cujos resultados foram, inquestionavelmente, o respeito e o fortalecimento daquela Egrégia Corte.

A honraria que agora lhe é outorgada, o é por justiça e por reconhecimento a suas realizações pessoais, pelos inúmeros serviços prestados a justiça e a sociedade baiana,



através do fortalecimento das instituições que as compõem. São valiosas as suas contribuições para o engrandecimento do Judiciário do nosso Estado, fato que tem ajudado a construir uma Bahia cada vez mais igualitária, de oportunidades, onde as injustiças sociais possam gradativamente deixar de ser fator preponderante no impedimento do exercício pleno da cidadania.

Ilustre homenageado, são muitas as contribuições de V. Excelência para com a justiça e a sociedade baiana, mas o tempo breve não nos permite enumerá-las, restando-nos apenas lembrar que a sua conduta ilibada à frente de importantes cargos assumidos ao longo da sua carreira jurídica, bem como a atuação de cidadão responsável, comprometido com as questões da sua realidade social, o torna um ser humano dotado de muitos valores, que muito dignifica seus familiares e todos os baianos.

Agradeço ao Presidente desta Magna Sessão, o deputado Marcelo Nilo.

Aos meus pares, as autoridades, aos seus familiares e a todos os baianos o privilégio de saudá-lo.

Muito obrigado!” (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. II 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos deferir a questão levantada pelo deputado Euclides Fernandes e fazer uma sessão diferente, tendo em vista que hoje é um dia especial para este Poder.

Antes, gostaria de, por solicitação da senadora Lídice da Mata, que fosse lido o discurso que ela fez no Senado Federal e pediu que fosse registrado nos Anais deste Parlamento.

(O mestre de cerimônias procede à leitura do discurso proferido pela senadora Lídice da Mata.)

(Lê) *“Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero fazer alguns registros da tribuna hoje. O primeiro deles, é que nesta quinta-feira, 25 de abril, a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, vai realizar uma sessão especial para outorga do título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira, que é uma comenda baiana, ao Desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.*

Cintra ingressou no Ministério Público em 1969, por meio de concurso público, e exerceu o cargo de promotor de justiça da comarca de Ubatã, tendo sido depois promovido por merecimento para a comarca de Catu, terra de meus pais, e novamente por merecimento em 1978, para a comarca da capital, onde assumiu vaga junto à Curadoria-Geral da 4ª Vara de Assistência Judiciária. Foi eleito Procurador-Geral da Justiça, nomeado em 1991, e exerceu o cargo até junho de 1993, sendo reeleito. Nesse período, modificou a estrutura do Ministério Público, dotando a instituição de uma sede própria e mudando os rumos de sua atuação, marcando sua gestão no Ministério Público da Bahia. Em 1994, foi nomeado desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia para a vaga destinada ao Ministério Público. Integrou o Conselho da Magistratura nos anos de 1994 e 1995.



Em 2001, foi eleito presidente do TJ-BA para o biênio 2002/2004, promovendo uma gestão corajosa, enfrentando o poder político instalado, há décadas, no Estado da Bahia, e tornando a Corte baiana independente, e não subserviente, como antes, ao Poder Executivo, quando o presidente daquela Corte dirigia-se ao governador do Estado chamando-o de 'meu chefe'.

Portanto, a passagem do desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, no Tribunal de Justiça da Bahia, na sua presidência, marcou profundamente a Justiça baiana. E, agora, a Assembleia Legislativa lhe faz essa justa homenagem.

Esta semana, demonstrando, mais uma vez, sua coerência, o desembargador Carlos Alberto Dutra Cintra, pediu aposentadoria voluntária do Tribunal de Justiça da Bahia, pouco antes de completar seus 70 anos, no próximo dia 28, antecipando sua saída.

Quero, portanto, desta tribuna, em nome da bancada da Bahia, fazer a nossa homenagem, as nossas congratulações a esse ilustre homenageado, um líder nato da sociedade civil da nossa terra e que deixa marcada, profundamente, a Justiça baiana com a sua influência e com os serviços prestados ao povo baiano.”

Senadora Lídice da Mata em discurso proferido da tribuna do Senado Federal.
(Palmas)



5303-III

Ses. Esp. II 25/04/13

Or. Elmar Nascimento

Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao Líder da Minoria, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Exmº Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, deputado Marcelo Nilo; Sr. Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia, Fernando Schmidt, representante do governador Jaques Wagner; Sr. proponente da sessão, deputado Euclides Fernandes; Sr. Desembargador e homenageado, Carlos Alberto Dultra Cintra; Sr. Procurador Geral de Justiça, Wellington César Lima e Silva; Srª Defensora Pública do Estado da Bahia, Vitória Beltrão Bandeira; Sr. Deputado Federal Antônio Imbassahy; Sr. Juiz Federal Pompeu de Souza Brasil; Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça, Deise Lago; Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça, Pedro Guerra; Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Paulo Virgílio Maracajá Pereira; Sr. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, Josevando Souza Andrade; Sr. Secretário Estadual da Educação, Osvaldo Barreto Filho; Sr. Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte.

Confesso que há mais de um mês havia programado uma viagem para hoje, às 15 horas. Quando a Mesa Diretora houve por bem marcar esta sessão para o mesmo horário, não tive dúvida em adiar a minha viagem para a noite para, assim, poder comparecer e associar-me aos demais pares nesta justa homenagem ao Desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

Disse bem o deputado Euclides Fernandes, aqui nesta Casa, às vezes, a praxe e as tradições se sobrepõem ao Regimento Interno. Mas, a estatura do homenageado fez com que nós quebrássemos a praxe de apenas falar o proponente da sessão, para que o Líder da Minoria e o Líder da Maioria pudessem demonstrar o caráter suprapartidário, mais do que



isso, unânime da Casa, em referendar a justa homenagem ao ex-presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Carlos Alberto Dutra Cintra.

A Justiça da Bahia, durante determinado tempo, como sempre foi conhecida, dizia-se que existiam três tipos de Justiça no Brasil: a Justiça boa, a Justiça ruim e a Justiça da Bahia, até a ascensão do Desembargador Carlos Cintra à presidência do Tribunal de Justiça do nosso Estado. Portanto, hoje, entre tantas e inúmeras homenagens que o Dr. Cintra já recebeu ao longo da sua vida, essa será mais uma na sua carreira, que servirá muito mais para elevar a estatura dos homenageados por esta Casa.

Dr. Cintra deixou um legado de um magistrado íntegro, honesto, transparente, que dedicou a sua vida aos baianos, ao Ministério Público e à magistratura do nosso Estado, e exatamente por isso, hoje, concorre a Maioria e a Minoria a lhe prestarem uma justa homenagem. Deixa um legado hoje a demonstrar e a servir de exemplo à magistratura baiana.

Há poucos dias, durante uma inspeção no Tribunal de Justiça do corregedor do CNJ, daqui desta tribuna, disse que não concordava com a forma como o corregedor tinha se manifestado sobre a Justiça baiana, tantos e significativos exemplos são de desembargadores e de juízes de caráter que trabalham no dia para elevar a Justiça do nosso Estado. Mas, no século XXI, século da velocidade da informação, é importante que seja levado a exemplo, sempre, a questão da transparência e a celeridade, porque a Justiça tardia é sempre, também, injustiça.

Nós estamos a assistir, meu caro deputado Imbassahy, o presidente do Senado federal segurar, quando não tem direito a isso, a promulgação de uma proposta de emenda constitucional que cria o Tribunal Regional Federal da Bahia. E, infelizmente, nós assistimos a nossa Bancada de senadores e deputados federais do Congresso omissos com relação a essa sessão, projeto que já tramitou e que basta apenas a promulgação do presidente do Senado federal. Nada mais justo é que tenhamos a promulgação dessa PEC, para que seja criado com justiça, e já tardiamente, o Tribunal Regional Federal da Bahia.



Para concluir as nossas palavras, Desembargador Cintra, de quem tenho o privilégio de gozar da amizade, quero, em meu nome pessoal e em nome da bancada da Minoria, que tenho a honra de liderar nesta Casa, dizer que em nome, também, dos baianos, de parcela significativa que temos a oportunidade de representar na Assembleia Legislativa, a Bahia lhe agradece. Muito obrigado, Desembargador Cintra, pelo exemplo que V.Ex^a é de cidadão e de magistrado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



5304-III

Ses. Esp. II 25/04/13

Or. Paulo Rangel

Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra, em nome das Liderança da Maioria, ao deputado Paulo Rangel, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Boa-tarde a todos e a todas.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Marcelo Nilo; Sr. Secretário extraordinário para assuntos internacionais e da agenda Bahia, Fernando Schmidt, representando o governador da Bahia, Jaques Wagner; Sr. Proponente da sessão, deputado Euclides Fernandes; Sr. Desembargador e homenageado, meu grande amigo, Carlos Cintra; Sr. Procurador-Geral da Justiça, Wellington César Lima e Silva; Srª Defensora Pública do Estado da Bahia, Vitória Beltrão Bandeira; Sr. Deputado federal, Antônio Imbassahy; Sr. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, Josevando Andrade, Sr. Juiz Federal Pompeu de Souza Brasil, Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça Deise Lago, Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça Pedro Guerra, Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, Conselheiro Paulo Virgílio Maracajá Pereira, Sr. Secretário de Estado da Educação, Osvaldo Barreto Filho, Sr. Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte, meus senhores e minhas senhoras, eu inclusive não me sinto muito a cavaleiro para falar sobre o desembargador Cintra, por se tratar de um grande amigo. Por outro lado, sinto-me muito à vontade como personalidade pública e deputado estadual ao falar desta outra personalidade pública, deste desembargador, o Dr. Cintra, porque conheço de perto a sua imparcialidade e o seu trabalho. E pude conhecê-lo tendo sido deputado da Oposição e hoje da Situação.

Desta tribuna, posso dizer de cabeça erguida, olhando nos olhos dos senhores, que se trata duma pessoa privilegiada, do mais alto caráter, de intelectualidade reconhecida, uma



pessoa imparcial cujos atributos a levaram a ser hoje uma das personalidades mais reconhecidas e importantes do cenário baiano.

O Dr. Cintra, como bem disseram oradores que me antecederam, foi um homem que resgatou a liberdade e a credibilidade do Judiciário da Bahia. Dultra Cintra é reconhecidamente um grande jurista. Dultra Cintra, por aqueles que o conhecem de perto, é reconhecidamente também um grande amigo. Um homem sobretudo bastante sereno que não guarda mágoas no seu coração, um homem que tem sempre um conselho a dar e sempre soube tomar decisões com a maior sobriedade possível.

E neste dia coincidentemente coube à minha pessoa representar os parlamentares da Maioria desta Casa, sabendo que neste momento esta homenagem é vista por todos os deputados daqui da Assembleia da mesma forma. Cintra, todos eles, se pudessem, estariam aqui nesta quinta-feira homenageando-o. Nunca vi um parlamentar neste Legislativo subir a esta tribuna para fazer qualquer comentário negativo em relação à sua pessoa ou ao magistrado, Dr. Cintra.

Portanto, V.Ex^a é um homem que dignifica o Judiciário baiano. Tive neste Parlamento a honra de homenageá-lo agora e o homenageio como personalidade pública, cidadão e principalmente amigo, sabendo que o senhor logo mais vai estar despedindo-se do Poder Judiciário deste Estado. Então eu diria: “Vai, Cintra! Leva contigo a sorte que Deus lhe deu!”

Muito obrigado por ter sempre partilhado da sua amizade. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



5305-III

Ses. Esp. II. 25/04/13

Or. Joaci Góes

Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. Mestre de Cerimônias:- Registramos as presenças da desembargadora Cynthia Resende, do Tribunal de Justiça; do deputado Clóvis Ferraz, ex-presidente desta Casa; dos juízes Roberto Frank e Wanderley Gomes, do TRE; da desembargadora substituta Lisbete Teixeira; e do secretário estadual da Administração Dr. Manoel Vitorio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, ao conterrâneo do nosso homenageado, o empresário, jornalista, político, acadêmico, Joaci Góes. (Palmas)

O Sr. JOACI GÓES:- Deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a não pára de surpreender a Bahia, seja porque realizou a façanha inédita de dirigir esta Casa por quatro vezes consecutivas, seja porque durante a presença de V.Ex^a à frente do Legislativo baiano este Poder alcançou momentos verdadeiramente redentores da sua dignidade. Em primeiro lugar, desde 1964, pela primeira vez, sob a égide de V.Ex^a, esta Assembleia derrubou um veto do Poder Executivo. Em segundo lugar, porque, como disse há quinze dias desta mesma tribuna, as propostas de iniciativa do governo deixaram de ser o *caesaris imperiais*, intocáveis, para receber o aperfeiçoamento de todas as direções. Em terceiro, porque mediando a proposta dos deputados Euclides Neto e Reinaldo Braga, V.Ex^a ensejou a promulgação da lei do nepotismo que proíbe a contratação de funcionários até o terceiro grau de parentesco, sem falar das questões de recuperação da estrutura física deste Poder Legislativo.

Mas, hoje, V.Ex^a presta homenagem a um desembargador que não proferirá a partir de agora, apesar da sua compulsória ocorrer daqui a 3 dias, ele não terá o poder para dar nenhuma sentença, daí a dignidade desse gesto. E eu espero que o desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra compreenda que, ao lado da sua rica biografia, este é, realmente, o



momento culminante. Porque quando eu começo a ver as pessoas que estão a essa mesa para invocá-las, como é do meu dever, verifico que na plateia todas as pessoas são igualmente invocáveis. Portanto temos aqui um colegiado que representa um corte transversal do que a Bahia tem de melhor em todos os seus domínios.

É por isso, deputado Marcelo Nilo, que onde quer que eu vá, que eu encontre continuamente palavras de crença de que a V.Ex^a estão reservados atributos de responsabilidades cada vez maiores em matéria de servir aos interesses da Bahia.

Meu fraternal amigo Fernando Schmidt que hoje deve estar completando cinquenta anos, porque eu sou quatro anos mais velho do que ele, portanto sei a idade dele. Esse secretário para assuntos internacionais - o que significa dizer pau para toda obra - é uma figura que despontou quando fazíamos a universidade como uma das grandes promessas de liderança, que a vida se encarregou de confirmar.

O deputado Euclides Fernandes, se outros títulos não tivesse a enriquecer sua biografia, bastaria a autoria desta iniciativa para justificar o seu mandato.

Wellington César Lima e Silva, com essa pinta de adolescente que ali está, é sem dúvida um jurista refinado, reconhecido em todos os pontos do Brasil como um dos próximos ministros de uma das cortes superiores de Justiça. Portanto vamos tratar bem ao homem.

Os homens que estão nessa Mesa devem se aproveitar deste momento, são 13 pessoas aí e só tem duas mulheres. Dentro de pouco tempo serão onze mulheres e apenas dois homens. Aproveitem bem este momento declinante do machismo da nossa cultura. Digo isso para anteceder a invocação da defensora pública Vitória Beltrão Bandeira, que embeleza e enriquece essa Mesa.

Antonio Imbassahy, o prefeito de quem a Bahia tem saudade, essa que é a verdade. Não votei em Imbassahy, não votei nele, figurava numa das outras correntes políticas, mas como deixar de reconhecer que ele foi o prefeito de quem a Bahia tanto se orgulha. Não há como negar essa evidência em nome da verdade mais elementar.



Josevando Andrade, Sr. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, que responsabilidade tem V.Exª nesses momentos temerários da vida brasileira.

Sr. Juiz Federal Pompeu de Souza Brasil, não sabia que menores de idade podiam chegar a posições tão elevadas.

Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça Daisy Lago, deve ser um equívoco qualquer, não tenho lembrança de que alguém tão jovem pudesse ocupar posição de tamanho relevo, Excelência. Acho que precisamos fazer uma indagação sobre a idade de V.Exª, porque acho que deve ter alguma coisa errado.

O Pedro Guerra é um desembargador e amigo fraternal pelas relações de profunda amizade que unem as nossas famílias desde quando eu não era nascido. Eu que sou mais velho do que ele, quanto mais. Teria histórias mil para contar. Sem falar no irmão dele, Guido Guerra, meu companheiro *in memoriam* na Academia de Letras da Bahia.

Paulo Virgílio Maracajá Pereira, a menor coisa que nos une é sermos torcedores do Bahia. Mas se fosse contar aqui as histórias dos nossos encontros lá em minha casa, em Piatã, eu, ele e França Teixeira discutindo os destinos da Bahia, certamente esta sessão seria insuficiente.

Osvaldo Barreto Filho que está sentado muito a propósito ao lado de Nestor. Sabe por quê? Quando a educação falha na Bahia e no Brasil, aumenta a população carcerária que Nestor Duarte cuida.

Nestor, não preciso mencionar porque é um amigo fraterno. Aliás, nós nos chamamos assim: eu o chamo de filhinho e ele me chama de painho. É verdade que o pai dele, meu querido amigo Marcelo Duarte, não gosta muito dessa brincadeira, mas isso não tem importância.

Estou nesta tribuna, na realidade, por 3 razões. A primeira é porque sou ipiraense, mas poderia estar aqui Jurandy Oliveira. Meu pai e minha mãe queriam tanto a ele que nas festas de aniversário de meu pai eu pedia a ele que não abrisse o seu voto. O aniversário dele era 7 de setembro, perto do 3 de outubro, dia de eleição, mas não tinha jeito. Ele prometia,



mas dizia: Joaci disse que eu não abrisse meu voto, mas vou votar em Jurandy Oliveira. Criava todo tipo de constrangimento.

Portanto, estou aqui pela afetividade de Ipirá. Estou aqui por uma segunda razão muito importante para dizer coisas que os senhores não podem imaginar. O único inimigo que meu pai teve na Bahia foi Anfilófilo Cintra, pai de Carlos Alberto Dutra Cintra. Só que meu pai, desde o tempo do avô de Pedro Guerra, porque ele foi induzido a ser protestante – minha mãe era católica – mas como o protestantismo era muito forte, ele começou a frequentar a igreja e o pastor presbiteriano disse que ele não poderia ter inimigos. Isso é muito importante, porque vocês não podem imaginar como a política de Ipirá era polarizada: da UDN e do PSD. Vocês não tem ideia de como era isso!

Então, o coronel Góes, na Praça da Bandeira, em Ipirá, às 10h da manhã, anunciou para todos que bateria à porta com a minha saudosa mãe de Anfilófilo Cintra e da professora Lourdes para que todos os vissem ao sair até à praça, ele apertar a mão dos dois e fazer as pazes definitivas. E é por isso que também estou aqui meu querido amigo, Carlos Alberto Dutra Cintra. Em terceiro lugar, estou aqui para dar um testemunho da maior importância.

Quando Cintra se apresentou como potencial candidato à presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, Fernando Henrique Cardoso, então presidente da República, me chamou. Minha amizade com Fernando Henrique Cardoso são conhecidas e ele perguntou: *Joaci, quais são as chances?* Disse-lhe que todas.

Eu não era mais parlamentar, mas os encontros entre parlamentares se realizavam em minha casa. Lembro-me de que um dos parlamentares, muito favorável a Cintra, disse: “Devemos estar enlouquecidos.” Vejam, o nosso adversário comum era Antônio Carlos Magalhães. E não é porque estamos nesta solenidade – e respeito todos os que o seguem – mas continuo afirmando que foi a personalidade mais maléfica que já houve na história da Bahia. Quanto a isso, não tenho a menor dúvida. E ele disse: *“Imaginar que Antônio Carlos Magalhães irá perder uma eleição com 31 eleitores para o Tribunal!”*

Liguei para o desembargador Cintra e disse: “Vamos ganhar.” Eu estava em Porto Seguro disputando um torneio de veteranos de tênis. No intervalo, peguei o telefone, que



estava na modalidade silenciosa, quando vi que tinham nove ligações do Planalto, repito, nove. Retornei a ligação imediatamente: era Fernando Henrique Cardoso. O dia era 2 de dezembro de 2001 e a eleição seria naquele dia. Ele perguntou-me: “*Como vai ser?*” Respondi-lhe: “Vamos ganhar.” Fernando Henrique Cardoso sabia que quem dominasse o Judiciário da Bahia dominava a política da Bahia. Com isso, aportava o prestígio da Bahia para pressionar o governo federal. O comandante desta operação foi Carlos Alberto Dutra Cintra.

Portanto, como cidadão, manifesto aqui o impedimento, meu querido amigo Claudelino Miranda, que foi o responsável pela estatização municipal da água de Caboronga, Cintra, que bebemos, seus pais e seus avós beberam e que o meu tio Dé, José Celestino da Fonseca, que era o chefe de gabinete de Vieira de Melo, minha querida e admirável amiga, juíza Fabiana Pelegrino, exemplo de autonomia neste País, ao lado de Cintra para restaurar a dignidade da Bahia.

Portanto, encerrando, meu caro Sr. Presidente Marcelo Nilo, V.Ex^a lavra um tempo de ouro quando realiza esta solenidade para homenagear uma figura que recebe a Comenda João Mangabeira.

Cintra, independentemente de tudo o que tenha ocorrido em sua biografia, há de figurar, nos anais da história da Bahia, como um dos nomes maiores na construção da nossa independência e da nossa liberdade.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-03

Ses. EspII. 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido as filhas Larissa e Alice Cintra, o netinho Carlinhos e o deputado Euclides Fernandes para, juntos, procedermos à entrega do Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao Dr. Carlos Alberto Dultra Cintra.

(Procede-se à entrega Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira ao homenageado.) (Palmas)



5306-III

Ses. Esp. II 25/04/13

Or. Carlos Alberto Dultra Cintra

Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e Justiça Social João Mangabeira ao desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nosso homenageado, o desembargador Carlos Alberto Dultra Cintra.

O Sr. CARLOS ALBERTO DULTRA CINTRA:- Primeiramente, saúdo o Exmº Sr. Deputado Marcelo Nilo, presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia; o Exmº Sr. Dr. Fernando Schmidt, secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda-Bahia, representando o governador Jaques Wagner; o Exmº Sr. Deputado Euclides Fernandes; o Exmº Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. Wellington César Lima e Silva; a Exmª Srª Defensora Pública do Estado da Bahia Vitória Beltrão Bandeira; o Exmº Sr. Deputado Federal Antonio Imbassahy; o Exmº Sr. Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral, Josevando Andrade; o Exmº Sr. Juiz Federal Pompeu de Souza Brasil; a Exmª Srª Desembargadora do Tribunal de Justiça Dayse Lago; o Exmº Sr. Desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia Pedro Guerra; o Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, conselheiro Paulo Virgílio Maracajá Pereira; o Exmº Sr. Secretário Estadual da Educação, Osvaldo Barreto Filho; o Exmº Sr. Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização, Nestor Duarte. Cito também, nominalmente, o secretário Manoel Vítório, todos amigos e companheiros nesta jornada da vida.

Meus agradecimentos aos deputados Elmar Nascimento e Paulo Rangel e ao conterrâneo Joaci, que expressaram palavras de coração. Os meus agradecimentos a todos os deputados presentes, às demais autoridades, aos colegas da magistratura, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Meus senhores e minhas senhoras, (lê) “nesta sessão especial de outorga do Título de Cidadão Benemérito da Liberdade e da Justiça Social João Mangabeira a este magistrado, recém-aposentado, realça a marca da fidalguia do deputado Euclides Fernandes, autor da



proposta, e, em sua esteira, a manifestação expressiva de seus pares, ilustres deputados, ratificando na integralidade, o que muito me envaidece e, ao mesmo tempo, traz-me enorme responsabilidade de levá-la como um reconhecimento que será guardado com imenso carinho.

A honestidade dessa outorga, desatrelada, totalmente, de qualquer possível interesse que viesse a tisoná-la pelas fraquezas humanas, confirma-se pelo momento da sua concessão, quando estou já alcançado pela compulsória, a reunir nesta minha caminhada fatos, episódios e momentos análogos a estes guardados na memória, para que no amanhã do futuro, o oceano do tempo nos devolva em forma de lembranças. Mas enterremos as recordações, na perspectiva de que não devemos enterrar as esperanças.

Quero crer que V.Ex^{as} se louvaram para distinguir-me com esta honraria que estou a receber, ao cabo de longa vida pública, entendida esta como dedicação ao estudo e aplicação do Direito, na forma reta com que exerci todos os cargos a que fui chamado a desempenhar. E o fiz de maneira política, na medida em que auscultava o interesse público e social. Na visão do professor Orlando Gomes, 'o jurista que queira ser digno deste nome há de ser eminentemente político'.

Não foi outra coisa que fiz, utilizando o trabalho para captar a atmosfera social e política do nosso tempo e, com isso, aplicar o melhor Direito, o mais justo, o mais equânime, o mais sensível às repercussões na organização social.

Esta percepção fez-me, inicialmente, abraçar a carreira do Ministério Público, ao tempo em que essa grande instituição tinha atribuições limitadas, quase que restrita a área criminal. No curso dessa caminhada, com o advento da Lei da Ação Civil Pública e, mais tarde, da Constituição de 1988, pôde a sociedade perceber a importância do *parquet*, ampliadas aquelas atribuições, incluindo a defesa dos direitos transindividuais ou difusos e, principalmente, a defesa intransigente do regime democrático.

Quando já despontava o Ministério Público para cumprir a tarefa gloriosa que a Constituição lhe outorgara, assumi o cargo de procurador geral de Justiça, oportunidade em que, ajudado pelos colegas, cumpri a tarefa de realçar o seu novo papel e a proclamar que a



ação tutelar do Ministério Público em defesa da sociedade é o atributo característico da instituição. Reafirmava, na condição de procurador geral, que o órgão deveria promover para melhorar; promover para estimular e aperfeiçoar; promover para retribuir a confiança depositada pelos ilustres constituintes.

Tenho que, distinguir-me V.Ex^{as} com honraria de tal magnitude, deve-se ao trabalho de despertar o Ministério Público para nova realidade, para a tomada de consciência de que a sociedade brasileira tem nos órgãos do MPo instrumento de reclamos da vida presente.

É o enfoque político de que estou revestido para compreender melhor a tutela dos interesses coletivos.

Todavia, a vida nos conduz por caminhos insondáveis. Cumprida a missão que colegas do Ministério Público me confiaram, outra jornada se me apresentava, acalentada por sonhos nas viagens paradas de que falava Álvaro Moreyra. Este grande escritor e pensador dizia que: 'A graça que mais toca as almas é a graça do mistério. Não há beleza sem véus e o que nós preferimos é ainda o desconhecido. A existência seria intolerável se nunca se sonhasse'.

Pois bem, Srs. Deputados, perseguindo o sonho, encarei o desconhecido, aceitando o convite do então governador, Dr. Antonio Carlos Magalhães, para assumir a vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Desvanecido e alegre, tomei assento naquele colegiado até terça feira passada, cumprindo a missão de julgar, sempre presente a visão de que se busque primeiro o justo, para, depois, ampará-lo na dogmática e na lei.

Procurei sempre ser fiel, como recentemente afirmei ao me despedir do Tribunal Regional Eleitoral, ao pensamento do Padre Manoel Bernardes para quem "deve o rigor do castigo temperar-se sempre com a ponderação da clemência".

Como julgador, procurei seguir tal orientação, tanto mais porque aprendi com o Des. Bensabath, respeitado membro da Justiça baiana que "não há justiça sem misericórdia e



sem piedade. Porque misericórdia paternal, viril e divina é a prova extrema da mais alta justiça"

Atento a tais conceitos e imbuído de que a lisura e imparcialidade são componentes da busca incessante de fazer justiça e que pautei todo o tempo de judicatura.

Seria essa senhores a causa da manifestação de carinho que hoje recebo? Ou V. Ex^{as}. Desejam contemplar um velho magistrado que entra em seu ocaso profissional e no outono da existência biológica, sem outra coisa a oferecer se não a sua experiência no Ministério Público, Tribunal de Justiça e no TRE? De uma forma ou de outra aceito- a com a costumeira humildade e atento a que " sempre que alguém recusa uma homenagem já deixou de merecê-la ".

Estou mais inclinado, contudo, a pensar que se deve esta manifestação a minha atuação a frente do Tribunal de Justiça, quando, junto com os desembargadores, colegas, juízes, serventuários e funcionários demos uma nova dinâmica ao Poder Judiciário, principalmente quando proclamamos nossa independência e autonomia, anseio de todo povo baiano.

Não foram poucas as indisposições, as tentativas de intromissão, a busca do retrocesso. A força moral dos atores engajados naquele processo de soerguimento da magistratura baiana dissipou todas as escaramuças. Não houve recuo, nem esmorecimento.

Continuamos ativos celebrando um marco indelével em nossas lembranças.

Devo dizer aos eminentes deputados que me envaideço com essa distinção e tenho nítida consciência da responsabilidade dessa outorga, cujo título já diz bastante de sua importância, cuidando-se de Liberdade e Justiça Social, conceitos defendidos ardorosamente por João Mangabeira, patrono deste título.

Tenho a convicção, Senhor Presidente, de que ao receber esta comenda, nesta tarde, com a presença de tantos amigos, dentre os quais incluo, os eminentes deputados, tenho a convicção, repito, de que não se procura dignificar o homem, mas as ideias que defendeu durante todo esse tempo, em todos os cargos públicos que exerceu, não se aplaude



o nome, celebra-se o estímulo e a solidariedade à ideia de que tudo pode ser feito em prol da coletividade, no executivo, no legislativo ou no judiciário.

E neste campo ninguém fez mais do que João Mangabeira, patrono deste título. A justiça, a democracia, os direitos humanos, velhos cânones sobre os quais se erige a civilização, foram estandarte que João Mangabeira sempre empunhou com a maior coragem e altivez. Poucos, bem poucos brasileiros, poderiam sentar-se em cadeiras juntas à liberdade e Justiça Social como ele. Esse baiano guardou ímpar e lapidar sintonia com a liberdade e justiça social, zelando como sentinela onipresente e preservando-os como símbolos de uma luta política.

João Mangabeira, além da figura fascinante em que se constituiu, foi portador de grande e generoso idealismo das grandes causas, merecendo por isso uma homenagem que lhe foi prestada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia e da própria Universidade Federal da Bahia quando esteve a completar 80 anos de vida, o título de Prof. Honorário saudado que foi pelas eloquentes judiciosas palavras do grande mestre Josafá Marinho que também nos legou uma trajetória de vida sem nódoas, quando depois de esboçar-lhe o perfil realçando as linhas de uma existência fecunda, concluía que ele conquanto fora da catedral universitária, exercia "o edificante magistério da vida pública".

Dava, assim, prosseguia o velho Mestre Josafá, "um curso e um exemplo. Um curso ministrado pela experiência aureolada de saber. Um exemplo de pertinácia, coragem e probidade".

Bem ilustrativo delas, foi o comportamento de João Mangabeira, quando preso em 1936 por dedicar-se a defesa de presos políticos após o frustrado levante comunista de 1935, e tendo a saúde debilitada, foi convocado pelo Diretor do Presídio que lhe ofereceu o direito a banho de sol que era um privilégio negado a todos os demais custodiados. Com altivez e valentia cívica respondeu João Mangabeira: "como favor não aceito, como direito requeiro".

A sensibilidade de João Mangabeira e a formalização de seu compromisso com o socialismo democrático, fica bem cristalizado no seu voto no Senado, que se tornou histórico e se converteu em Parecer da Comissão de Justiça em favor da viúva de guarda



civil para relevar a prescrição e assegurar a desvalida mulher o recebimento da pensão perdida.

Sua irresignação bem ilustra o seu compromisso para com os desassistidos pelas asas do Estado.

O magistrado, portanto, a luz da hermenêutica de João Mangabeira, não devera ser um simples aplicador da letra fria da lei, mas um disciplinado apóstolo para entendê-la como veículo de transformação da sociedade, e assim procurei seguir por todo o meu tempo como juiz.

Caros deputados, minhas senhoras, meus senhores, Josué Montello, grande escritor maranhense, nas reflexões que compõem seus "Diários", dizia que: "A cada minuto somos torturados pela ideia e sensação do tempo. E só há dois meios para escapar deste pesadelo, para nós esquecermos dele: o prazer e o trabalho. O prazer nos usa. O trabalho nos fortifica", concluía Montello.

Creio que os conceitos se completam e, por isso, continuarei, agora como o aposentado, a ser usado pelo prazer, prazer de conviver com os amigos tão caros ao coração, prazer da leitura que me tira da solidão, prazer da interação permanente com meus familiares, prazer de viver a vida como gosto, intensamente. De igual modo redobrarei o trabalho, perseguindo o mesmo ideal, convencido que estou de "que as ideias não morrem".

Finalmente, encerrando esta fala, a gratidão. Gratidão ao Deputado Euclides Fernandes e aos demais pares pela alegria desse encontro e pela honraria. Gratidão aos que comigo partilham alegrias, incertezas, angústias na caminhada que ainda não findou.

Gratidão aos meus parentes, filhas, neto, genros, irmãos, cunhados, irmãos pelo coração, sobrinhos.

Gratidão a todos os amigos presentes nesta Casa da Cidadania que me fazem mais e mais acreditar na força da amizade e gratidão maior a todos que nos deram a força moral para continuar no árduo e espinhoso caminho."

Muito obrigado. (palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-04

Ses. Esp. II. 25/04/13

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convido a todos os presentes para acompanhar a execução do Hino da Bahia pelo Coral da Assembleia Legislativa, regido pelo maestro Cícero Alves.

(Execução do Hino da Bahia)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quero cumprimentar meu querido amigo, aniversariante do dia, secretário extraordinário para Assuntos Internacionais, o Sr. Fernando Schmidt, representante do governador Jaques Wagner; o meu querido amigo, desembargador e homenageado, Carlos Alberto Dultra Cintra; meu querido proponente desta sessão, Líder do PDT nesta Casa, deputado Euclides Fernandes; o Sr. Wellington César Lima e Silva, procurador-geral de Justiça; a Sr^a Vitória Bandeira, defensora pública do Estado da Bahia; o Sr. Antônio Imbassahy, deputado federal e ex-presidente desta Casa; o Sr. Josevando Andrade, corregedor do Tribunal Regional Eleitoral; o Sr. Pompeu de Sousa Brasil, juiz federal, a quem esta Casa, inclusive, concedeu o Título de Cidadão Baiano, que nos honra muito com a sua presença; a Sr^a Daisy Lago, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; o Sr. Pedro Guerra, desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia; o Sr. Conselheiro Paulo Virgílio Maracajá Pereira, meu querido amigo e presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; o Sr. Osvaldo Barreto Filho, secretário estadual da Educação; o Sr. Nestor Duarte, secretário de Administração Penitenciária; o Sr. Paulo Magalhães, deputado federal; os Srs. Deputados Estaduais Aderbal Fulco Caldas, do PP; Adolfo Menezes, do PSD; Bruno Reis, do PRP; Capitão Tadeu, do PSB; Carlos Brasileiro, do PT; Elmar Nascimento, Líder da Oposição, do PR; Gaban, do DEM; João Bonfim, do PDT; Jurandy Oliveira, filho da cidade do homenageado, a nossa querida Ipirá, do PRP; Maria del Carmen, do Partido dos Trabalhadores; Maria Luiza, do PSD; Pastor Sargento Isidório, do PSB; Paulo Azi, 1º secretário desta Casa, do DEM; Paulo Rangel, do PT; Rosenberg Pinto, Líder do PT; Sandro Régis, 2º vice-presidente desta Casa; Mário



Negromonte Júnior, que apresentou uma moção, aprovada por unanimidade, parabenizando este Poder Legislativo pela concessão desse Título de Cidadão Benemérito João Mangabeira ao desembargador Dultra Cintra. Gostaria de saudar também todos os advogados presentes, saudando o Dr. Ademir Ismerim; a desembargadora Cynthia Rezende, os demais magistrados, prefeitos e vereadores presentes neste dia tão especial para o Poder Legislativo baiano.

Desembargador Dultra Cintra, o governador Jaques Wagner, infelizmente, não pôde comparecer devido a compromissos na cidade de São Paulo, mas mandou um representante e, ao mesmo tempo, um abraço para V.Ex^a.

Devo dizer que este Poder foi muito feliz em fazer esta homenagem. Desembargador, esta é a Casa do Povo, a Casa das Leis, aqui estão 63 parlamentares com objetivos diferentes. Sou presidente dos iguais, mas os iguais aqui são diferentes. Cada um tem o seu objetivo político: um defende o município, outro o partido, aquele uma região, mas todos convergem para defender os reais interesses do nosso Estado.

Esta Casa é muito rígida na concessão da honraria que leva o nome do saudoso João Mangabeira. Salvo engano, esta é a terceira concessão dessa homenagem. V.Ex^a tem uma história no mundo jurídico do nosso Estado: procurador, desembargador, presidente do Tribunal Regional Eleitoral e presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Quando fazia o seu pronunciamento, eu lembrei da frase que um parlamentar desta Casa disse quando V.Ex^a assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado: “Deputado Marcelo Nilo, que será de V.Ex^a a partir desse momento?” Ele fez essa brincadeira pelo fato de eu ser o único deputado da história da Bahia que ficou 16 anos na Oposição; talvez tenha sido o maior crítico da parcialidade do Tribunal de Justiça da Bahia e do Tribunal Regional Eleitoral.

Mas, a partir daquele momento em que V.Ex^a, num dia histórico para o nosso Estado, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia, passamos a dizer que havia uma Bahia antes do desembargador Cintra, e outra Bahia depois do desembargador Cintra.

V.Ex^a assumiu aquele Tribunal com muita imparcialidade, querendo resgatar a história do mundo jurídico do nosso Estado. E nós deputados, os verdadeiros representantes



do povo, sabemos que aqui estão os 63 parlamentares que representam a Bahia. A Bahia de figuras ilustres. A Bahia de Mangabeira; a Bahia de Anísio Teixeira; a Bahia de Ruy Barbosa; a Bahia de Castro Alves também é a Bahia de Dutra Cintra.

Quero registrar que imaginava ter chegado muitas vezes nesta Casa ao máximo da minha emoção. Aliás, que teria chegado ao máximo das minhas emoções. Mas hoje, desembargador Cintra, é um outro momento igualmente muito especial para mim, porque reconheço em V.Ex^a um homem amado por seus familiares e amigos, respeitado por seus pares e reconhecido pelo povo baiano.

O senhor, que não tem mais tinta na caneta, saiba que é neste momento que a Bahia lhe presta esta homenagem. Está aqui o mundo político, o mundo jurídico e a Bahia para dizerem muito obrigado, desembargador Dutra Cintra.

Está encerrada a sessão.